



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15866 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: MECANISMOS PARTICIPATIVOS NOS CIEJAS DE SP

Bárbara Fernanda de Freitas - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO

Jose Marcelino de Rezende Pinto - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPESP

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
MECANISMOS PARTICIPATIVOS NOS CIEJAS DE SP**

Guiados pela marginalização que caracteriza a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em toda a história da política educacional brasileira, empreendemos um projeto de mestrado com pesquisa de campo em dois Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJAs), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp – processo nº XXXXX-XXXX), com vistas a analisar suas condições de oferta, gestão e financiamento. Equipamentos públicos da prefeitura de São Paulo, os CIEJAs são um dos cinco formatos de oferta de EJA nesta rede municipal e apresentam-se como alternativa para uma EJA de qualidade, pautada pela flexibilização, diversificação e acolhimento. Assim, por meio de uma abordagem quanti-qualitativa, delineamos um estudo de caso baseado em observação participante, análise documental, entrevistas e estudo de custo. Este trabalho apresenta um recorte da pesquisa com foco nas eventuais práticas de gestão democrática nessas instituições.

Criados em 2003, os CIEJAs são, atualmente, regulamentados pela Lei Municipal nº 15.648/2012 e têm suas normas de funcionamento dispostas na Portaria SME nº 9.032/2017, sendo responsáveis por, aproximadamente, 25% das matrículas de EJA no Ensino Fundamental. Distinguindo-se dos outros formatos, as 16 unidades distribuem-se pelas periferias da cidade, atendem em todos os períodos por meio de encontros de 2h15 em seis

turnos diários e atendem, proporcionalmente, um número elevado de adultos e idosos, negros, migrantes e Pessoas com Deficiência (PcD).

Paro (1992) atesta que, tratando-se de camadas subalternas, em geral, alijadas de poder político, a função social da escola passa a ser, também, a de garantir a sua participação nos processos de tomada de decisões. Entretanto, o autor considera que a escola pública caminha na contramão desta premência, sendo, hoje, “uma mistificação, uma negação do direito à educação” (p. 44). Assim como assegurado pela nossa legislação, a gestão democrática é prevista pelos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das duas instituições analisadas, que a declaram como princípio norteador. Diferentemente do que Paro (1992) identifica na maioria das instituições públicas, nos CIEJAs analisados observaram-se alguns mecanismos que viabilizam e incentivam a participação.

Em primeiro lugar, destacamos, como ponto forte, a integração do território e da comunidade como parte do projeto educacional. O estabelecimento de conexões em rede, por meio de eventos, saraus e oficinas abertos à comunidade, e a própria estruturação dos CIEJAs, dispostos em ambientes acolhedores, portões abertos e a disposição em rodas nas salas de aula, favorecem o senso de pertencimento, evidenciado pela fala de uma estudante que afirma que “o CIEJA é uma família”. Juntamente com a observação, as entrevistas revelaram o papel ativo de órgãos como o Conselho de Escola e a Associação de Pais e Mestres (APM), fundamentais para a garantia de participação, assim, um docente conclui que “essa escola se caracteriza pelo diálogo”.

Além disso, por entender que a gestão democrática deve ir além das instâncias formais, os CIEJAs analisados avançam ao ampliar os mecanismos de participação por meio de assembleias, que unem a equipe gestora, funcionários de apoio, professores e educandos. Estas são convocadas quando há necessidade de expor ou discutir algo importante, finalizando-se com votação ou encaminhamentos ao Conselho. Os PPPs e as entrevistas evidenciam que esta ferramenta é efetiva e bem vista por todos os grupos, uma estudante de 56 anos, por exemplo, declara que “Cada um dá a sua opinião [...]. A gente fala do que acontece, sabe? Então isso aí é muito bom, todo mundo se sente à vontade [...] Eu gosto porque todo mundo participa”.

Entretanto, constatamos algumas semelhanças com as realidades descritas por Paro (1992) e Pinto (1996), que também se dedicaram a analisar a participação na gestão de escolas públicas. Pinto (1996) destaca, por exemplo, as diferentes visões da equipe escolar e dos alunos acerca dos mecanismos de participação, sendo a visão do segundo grupo, em geral, limitada, menos articulada e com menos criticidade, o que reduz o seu potencial emancipador e o deixa suscetível à instrumentalização. Ligado a isso, Paro (1992) ressalta a predominância de uma visão depreciativa sobre a comunidade de pais e alunos, que tendem a ser vistos pela equipe escolar como inferiores. Entendemos que, na EJA, há um agravante uma vez que, como lembram Di Pierro e Galvão (2013, p. 15), o seu público tende a entender a sua realidade como uma “experiência individual de desvio ou fracasso, que provoca repetidas

situações de discriminação e humilhação, vividas com grande sofrimento e, por vezes, acompanhados por sentimentos de culpa e vergonha”. Percebemos que boa parte dos alunos da EJA entendem a escolarização nessa fase da vida como um favor, o que é exemplificado pela fala de outra estudante, de 55 anos: “Eu tenho até dó dos professores [...] eles têm paciência de Jó com a gente, eles vão pro céu”. No que se refere à participação na tomada de decisões, essa visão de inferiorização da comunidade estudantil também é percebida na fala de um professor: “Então até pro aluno tem bastante espaço de abertura, ele pode dar a sua sugestão” e de uma funcionária: “É... a gente coloca administrativo, professores, gestores e sempre um pouquinho de aluno também, porque tem que ter, né?”. A mesma funcionária, quando questionada se os alunos participam ativamente das reuniões, contrariando o que os próprios alunos entrevistados declararam, afirmou que “Não, eu acho que não, mas eles escutam, entendeu? Não sei... Uma vez ou outra uma opinião assim, mas eu acho meio raro, porque eles aceitam. Mas a gente sempre convida eles.”. Outro ponto negativo é que, nas duas instituições, o grêmio estudantil, importante órgão de articulação dos alunos, só passou a funcionar após um programa instituído pela prefeitura de São Paulo em 2019 a fim de incentivar a sua criação nas escolas municipais.

Paro (1992) e Pinto (1996) também chamam a atenção para outros dois aspectos que inibem a gestão democrática, também observados na realidade dos CIEJAs: centralização na figura do diretor, que não é escolhido pela comunidade escolar, e burocratização excessiva exercida pelos órgãos superiores. Com relação ao primeiro, algumas entrevistas enaltecem a abertura dada pelo diretor, além disso, ao detalhar o funcionamento da APM, uma funcionária relatou que “Ele [diretor] apresenta e a gente assina, tipo, igual o Conselho, ele apresenta isso e isso”. Por fim, com relação à burocratização, um docente afirmou, referindo-se ao Conselho de Escola: “É mais para resolver problemas, não é tanto para propor medidas ou mudanças”. Pinto (1996) avalia essa problemática como um esvaziamento burocrático dos processos de tomada de decisão. Finalmente cabe dizer que muitas das práticas observadas, como a realização de assembleias, decorrem de iniciativas locais e não estão previstas nas normas que regem os CIEJAs.

Ainda em meio às fragilidades, acreditamos que os CIEJAs representam avanços importantes para a concepção de gestão democrática, construindo um caminho próprio de se pensar e fazer a EJA com a participação de seus sujeitos, desvelando a potência da escola pública. Não obstante, deve-se encontrar meios para consolidar a sua democratização.

Palavras-chave: Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos. Gestão democrática. Escola pública.

REFERÊNCIAS

DI PIERRO, M. C.; GALVÃO, A. M. O. **O preconceito contra o analfabeto**. São Paulo:

Cortez, 2007.

PARO, V. H. O caráter político e administrativo das práticas cotidianas na escola pública. **Em Aberto**, Brasília, v. 11, n. 53, 1992.

PINTO, J. M. R. **Administração e Liberdade**: um estudo do Conselho de Escola à luz da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.